



Comissão Especial de Licitação <celsupelro@gmail.com>

Impugnação

1 mensagem

ALINE SEMPREBOM <aline@semprebomrestaurante.com>
Para: celsupelro@gmail.com

4 de outubro de 2022 18:23

Boa noite,

 **Impugnação.pdf**
328K



A. SEMPREBOM RESTAURANTE ME
CNPJ nº. 16.783.824/0001-15
Rua da Beira, 6191, Sala 05 – Bairro Lagoa - Porto Velho - RO, CEP:76.812-003

IMPUGNAÇÃO EDITAL Nº 631/2022/CEL/SUPEL/RO

ILUSTRÍSSIMA SENHORA PREGOEIRA EM SUBSTITUIÇÃO BRUNA GONÇALVES APOLINÁRIO.
EQUIPE CEL/SUPEL-RO, PORTARIA Nº 14/2022/CI/SUPEL, PUBLICADA NO DOE DO DIA 28.01.2022.
SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE COMPRAS E LICITAÇÕES.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 631/2022/CEL/SUPEL/RO.
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0026.068717/2022-84.

A SEMPREBOM RESTAURANTE ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 16.783.824/0001-15, com sede na Rua da Beira, nº 6191, Sala 05 – Bairro Lagoa, CEP 76.812-003 – Porto Velho – RO, por seu representante legal abaixo assinado vem, respeitosamente, perante V. S.^a, oferecer IMPUGNAÇÃO AO EDITAL do Pregão Eletrônico em epígrafe, com sustentação no fulcro no § 1º e artigo 41, da Lei nº 8666/93, pelas razões de fato e direito abaixo aduzidas.

I - DA INTEMPESTIVIDADE

Inicialmente, comprova-se a tempestividade desta impugnação, já que foi cumprido o prazo pretérito previsto no Edital.

II - DO OBJETO

Contratação de empresa especializada no gerenciamento e prestação de serviço de alimentação, por meio de todas as atividades e logística envolvidas na produção e distribuição de até 1.500 (mil e quinhentas) refeições diárias, na sede do Restaurante Popular Prato Fácil, na cidade de Porto Velho, pelo período de 30 (trinta) meses, incluindo a disponibilização de equipamentos, utensílios, maquinários e mobiliários, conforme condições estabelecidas neste instrument

III - DOS PONTOS IMPUGNADOS

a) DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

No item 13.8 do presente instrumento licitatório, o Edital estabelece os parâmetros para avaliação, dentre outros, da qualificação técnica das empresas licitantes. Observando-se o objeto do presente Pregão, vê-se que esse engloba serviços prestação de serviços de alimentação com o fornecimento de 1.500



A. SEMPREBOM RESTAURANTE ME
CNPJ nº. 16.783.824/0001-15
Rua da Beira, 6191, Sala 05 – Bairro Lagoa - Porto Velho - RO, CEP:76.812-003

refeições diárias, conforme *ipsis litteris*:

13.8.1. Quanto ao atestado de capacidade técnica a SUPEL/RO deverá estabelecer no Edital a apresentação ou dispensa seguindo os critérios previstos na Orientação Técnica nº 001/2017/GAB/SUPEL, de 14 de fevereiro de 2017, publicado no Diário Oficial do Estado de Rondônia – DIOF/RO nº 38, em 24 de fevereiro de 2017, alterada pela Orientação Técnica nº 002/2017/GAB/SUPEL, de 14 de fevereiro de 2017:

13.8.1.1. Os Atestados de Capacidade Técnica, comprovando o desempenho da licitante em contrato pertinente e compatível em características, quantidade e prazo, limitados a parcela de maior relevância e valor significativo, conforme art. 4, III, da Orientação Técnica nº 001/2017/GAB/SUPEL), ocorrerá conforme:

a) Entende-se por pertinente e compatível em características o(s) atestado(s) que em sua individualidade ou soma de atestados, contemplem a parcela de maior relevância dos serviços, objeto desta licitação, sendo a prestação de serviço de alimentação em restaurante.

b) Entende-se por pertinente e compatível em quantidade e prazo o(s) atestado(s) que em sua individualidade ou soma de atestados concomitantes no período de execução (tendo sido os serviços/fornecimentos dos atestados prestados no mesmo período), comprove que a licitante prestou os serviços, sendo a entrega de, **no mínimo, 150 refeições, e por um período mínimo de 03 (três) meses**, correspondente ao objeto deste TR. (grifo nosso).

Convém destacar que a interpretação do artigo 30 da Lei nº 8.666/93 no que concerne aos atestados, deve ser cautelosa e primar pela finalidade precípua da exigência, qual seja: a demonstração de que os licitantes possuem condições técnicas para executar o objeto pretendido pela Administração caso venha a sagrar-se vencedor.

Considerando a complexidade do objeto a ser licitado e a responsabilidade social, sugerimos que a exigência de comprovação seja, de no **mínimo 400 refeições diárias, e por um período mínimo de 06 (seis) meses** tendo em vista, que muitas empresas não possuem capacidade de gerir um restaurante para 1500 refeições diariamente, dando margem para que qualquer aventureiro participe atrapalhando o andamento da licitação e até mesmo causar prejuízos a Administração que podem inviabilizar a execução contratual.

No art. 2º, inciso II, da O.T. nº 001/2017/GAB/SUPEL, Compatibilidade em quantidade: demonstração do montante mínimo exigido para item ou lote, com o fito de **atestar que o licitante suporta a demanda a que será submetido**, quantidade expressa em unidade ou valor.



A. SEMPREG BOM RESTAURANTE ME
CNPJ nº. 16.783.824/0001-15
Rua da Beira, 6191, Sala 05 – Bairro Lagoa - Porto Velho - RO, CEP:76.812-003

Ainda, o item 4.2.1. do Termo de Referência informa que a disponibilização de até 1.500 refeições (almoço) diariamente, no horário das 11h às 15h, de segunda a sexta-feira, para pessoas inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal - CadÚnico, **totaliza até 34.500 refeições por mês.**

Essa exigência presta-se a assegurar que a contratada possui aptidão mínima para gerenciar contratos de natureza continuada, com cessão de mão de obra, perante a administração pública, até o limite de 400 refeições por dia.

Desta feita, há exigência não se desvirtua da finalidade da licitação.

Logo, justifica o pedido de revisão na alínea “b” do subitem 13.8.1.1. do Termo de Referência, visando atender ao Princípio da Eficiência, considerando que não se trata de um simples fornecimento de alimentação, possuindo complexidades no objeto que devem ser levados em consideração durante o julgamento das propostas.

b) DO CONFLITO DE INFORMAÇÕES

Nos itens 11.8.4 e 13.5 do Termo de Referência, conforme disposições abaixo, encontram-se com informações incoerentes que necessitam ser saneadas para melhor aferição do custo por parte dos licitantes a fim de atender o presente objeto com êxito.

*11.8.4. A CONTRATADA deverá disponibilizar os equipamentos necessários para venda de tickets por meio eletrônico em todos os caixas, sendo, **no mínimo, 2 (dois) computadores.***

*13.15. A CONTRATADA deverá dispor da quantidade, **mínima, de 04 (quatro) computadores para utilização na venda de refeições, bem como impressoras e monitor para exposição da quantidade de fichas vendidas.***

Além disso, ressalta-se, ainda, que durante a visita técnica (vistoria) realizada por esta Empresa no dia 30/09/2022, indagamos, aos representantes da Administração, se a quantidade e a potência dos ar condicionados que estavam sendo exigidos no Edital, estariam de acordo com o tamanho do ambiente para atender a população de forma confortável, o qual informaram que a quantidade estava superior e posteriormente, seria publicado uma retificação quanto ao item 13.14 do Termo de Referência. No entanto, até o presente momento nada foi feito.

Assim, solicitamos que sejam tomadas as medidas cabíveis quanto à retificação do item, visto que



A. SEMPREBOM RESTAURANTE ME
CNPJ nº. 16.783.824/0001-15
Rua da Beira, 6191, Sala 05 – Bairro Lagoa - Porto Velho - RO, CEP:76.812-003

a diminuição do quantitativo exigido altera substancialmente a composição de custos, e consequentemente o valor das propostas apresentadas pelos licitantes.

c) DA AUSÊNCIA DA DECLARAÇÃO DE VISTORIA

No dia 30/09/2022, realizamos a vistoria técnica ao local da execução dos serviços, no entanto, não foi entregue a declaração de vistoria, contrariando o dispositivo do item 13.9.5 do Termo de Referência.

d) DO QUANTITATIVO DA MÃO DE OBRA OPERACIONAL E PROFISSIONAIS TÉCNICOS

Com relação a Equipe Profissional descrita no anexo I da TR. Solicitamos o seguinte esclarecimento: a empresa vencedora poderá redistribuir os auxiliares de cozinha para melhor andamento dos trabalhos descritos no instrumento convocatório?

e) DO VALOR EXIGIDO PARA GARANTIA

O adendo modificador publicado no dia 23/09/2022, alterou a exigência do valor do Capital Social (licitantes constituídas a menos de um ano), de 10% (dez por cento) para 2% (dois por cento) do valor estimado da contratação.

No entanto, observamos que o item 27.1 do Termo de Referência, permanece a exigência da prestação de garantia no valor de R\$ 738.374,75 (setecentos e trinta e oito mil trezentos e setenta e quatro reais e setenta e cinco centavos), **correspondente a 5% (cinco por cento) do valor global da contratação**, no ato da assinatura do Contrato, o qual demonstra uma **exigência desproporcional e desarrazoado**.

Conforme é sabido, a razoabilidade é um dos alicerces do direito administrativo que impõe que as decisões administrativas devam ser reflexo do bom senso e sejam dotadas de razão. Para Hely Lopes Meirelles, o Princípio da Razoabilidade pode ser chamado de princípio da proibição de excesso, pois “objetiva aferir a compatibilidade entre os meios e os fins, de modo a evitar restrições desnecessárias ou abusivas por parte da Administração Pública, com lesão aos direitos fundamentais”.

Desse modo, a exigência do capital social de apenas 2% (dois) por cento do valor estimado da contratação, encontra-se incoerente e desproporcional com a exigência de 5% do valor contratado para fins de garantia contratual, devendo o item ser revisto por esta Administração.

f) DAS FOLHAS EM BRANCO NO EDITAL



A. SEMPREGOM RESTAURANTE ME
CNPJ nº. 16.783.824/0001-15
Rua da Beira, 6191, Sala 05 – Bairro Lagoa - Porto Velho - RO, CEP:76.812-003

Identificamos durante a análise do Edital que constam folhas em branco, tais como as páginas: 83, 84, 89 a 92 e 99 a 113. Assim, surgiram dúvidas quanto ao teor dessas folhas, se realmente estão em branco ou ocultou informações relevantes para o bom andamento do certame.

IV – DOS REQUERIMENTOS

Por todo o exposto, chega-se à conclusão de que as cláusulas ora discutidas, previstas no edital, contrariam normas legais que disciplinam a matéria. Por isso, REQUER-SE de Vossa Senhoria:

a) Seja recebida e considerada tempestiva a presente impugnação para, ao final, ser julgada procedente com a consequente retificação do edital licitatório nos termos aqui discutidos, para que seja adequado às normas supramencionadas, já que no regulamento das contratações é evidenciado que a licitação deve se ater ao princípio da legalidade.

Ademais, requer a consequente republicação e reabertura do prazo inicialmente estabelecido, para que se afaste qualquer antijuridicidade que macule todo o procedimento que se iniciará.

E por fim, que sejam sanados os pontos acima elencados, pois da forma em que se encontra, restringe a participação das empresas interessadas no certame, ferindo a ampla concorrência, não atendendo, portanto, às exigências legais.

Nestes termos, pede deferimento.

Porto Velho/RO, 04 de outubro de 2022.


ALINE SEMPREGOM
Gerente
RG: 1095225 – SESDEC/RO
CPF: 008.442.262-97